

Comércio e Integração na América do Sul

Luiz Augusto E. Faria* e Carolina Rigotti Coutinho**

Resumo

As relações comerciais entre os países da América do Sul e desses países com o resto do mundo, entre 1980 e 2007, foram analisadas para verificar sua contribuição ao processo de integração regional. Foram trabalhados os dados da CEPAL para exportação e importação por origem, destino e por produto, segundo o Código Industrial Internacional Uniforme (CIIU), revisão 2, para: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Em relação aos resultados, pode-se mencionar um aumento apreciável das exportações dos países do Mercosul para os outros membros do bloco a partir do ano de sua criação, ocorrendo uma queda a partir de 1997 e se recuperando especialmente a partir de 2000. Além disso, nota-se uma maior dependência do Mercosul tanto em termos de exportação quanto de importação por parte de Paraguai e Uruguai. O mesmo ocorre com a Bolívia, mesmo não sendo um membro, mas um país associado. Quanto às importações, pode-se observar que os produtos que se destacam na pauta vindos de todos os países do mundo são materiais de transporte, substâncias químicas, máquinas e petróleo. Já quanto às exportações para o mundo, de maneira geral os produtos alimentícios, agrícolas, minérios, petróleo e gás são os produtos que têm maior peso na pauta dos países sul-americanos, mas é possível perceber durante o período analisado uma diminuição na sua importância. Assim, com a criação do Mercosul houve um aumento do comércio regional, e de maneira geral tem havido uma maior diversificação na pauta de exportação dos países sul-americanos. Além disso, pode-se afirmar que, sob o ponto de vista do comércio, o processo de integração tem mais importância para os países menores.

Palavras-chaves: América do Sul, comércio, integração, Mercosul

Abstract

The objective of this article is to analyze the commercial flows among the countries of South America and the relations of these countries with the rest of the world, between 1980 and 2007 in order to investigate its evolution, bearing in mind that this is a very important factor to regional integration. CEPAL data were analyzed for export and import, origin, destiny and by product, according to CIIU rev. 2, for: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Peru, Uruguay and Venezuela. Regarding the results, it can be noticed a considerable increase of exports from Mercosur countries to the other members of the bloc since its creation, decreasing in 1997 and increasing again in 2000. Furthermore, it can be detected a higher dependence of Mercosur both in terms of exports and imports by Paraguay and Uruguay in relation to the other countries. That is the same case of Bolivia, even not being member of the bloc, just an associate member. Concerning the imports, it can be observed that the most important products from all over the world are: transport materials, chemical substances, machines, oil and gas. Considering the exports, in general the most important products are foodstuffs products, agricultural products, ore, oil and gas, but over the last two decades it can be noticed the decrease of these products importance. In this sense, after Mercosur creation it has been an increase of regional trade and, in general, South America countries' exports are more diversified. Furthermore, it can be said that, analyzing under the point of view of trade, integration process is more important to small countries.

Key words: South America, trade, integration, Mercosur

Área: 8. América Latina e Brasil na nova configuração do capitalismo

Sub área: 8.1. Os novos desafios para o Brasil e América Latina

[Submetido às seções ordinárias]

* Economista da Fundação de Economia e Estatística, FEE, e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, lufaria@ufrgs.br.

* Bolsista PIBIC do CNPq e acadêmica de relações internacionais da UFRGS, carolinarcoutinho@gmail.com.

1. Introdução

Como lembrou Braudel (1985), a evolução da instituição do mercado gerou uma tendência à mudança da dimensão espacial dos sistemas econômicos capitalistas. Num processo que partiu do local para o regional e o nacional, fenômeno da ampliação dos espaços delimitados pelas relações sociais mercantis foi verificado ao longo da história. Desde as últimas décadas do século XX, essas dimensões vem assumindo um novo escopo, aquele dos blocos econômicos continentais resultantes de processos de integração em curso em todo o mundo. O comércio é sempre elemento decisivo nesses processos de integração regional, muitas vezes o ponto de partida na formação dos blocos. Assim, é um fator importante para entender, a tanto a dinâmica regional, como sua inserção internacional, a análise de seu comércio exterior. Para tanto, empreendeu-se um levantamento das importações e exportações dos países sul americanos de maneira analisar a evolução do comércio regional. Além disso, investigou-se se as especificidades dinâmicas de cada país.

O comércio de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela entre 1980 e 2007 foi analisado utilizando-se os dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Primeiramente foram vistas as exportações e importações de cada país conforme uma divisão do mundo em 7 grupos de países definida pelos autores: Mercosul; Europa; Estados Unidos e Canadá; China; Japão; América Central e Caribe; restante da América do Sul; África; Leste Asiático; países árabes e islâmicos; Rússia e Ásia Ocidental; e resto do mundo. Logo após analisaram-se as exportações e importações de cada país por produto, segundo a classificação do Código Industrial Internacional Uniforme (CIIU - revisão 2), de modo a verificar o conteúdo da pauta e o peso dos principais produtos.

Em seguida, usando a mesma classificação do CIIU, foi analisado o comércio de membros e países associados do Mercosul entre si, de maneira a compreender a composição do comércio regional. Ademais, foi feita a comparação dos produtos presentes na pauta tanto de importações quanto exportações com o mundo e somente com o Mercosul.

Por fim, os países foram divididos em três grupos para facilitar a análise: países grandes, países médios e países pequenos. Essa taxonomia visa dar conta das assimetrias entre eles, estando fundada em um critério de tamanho que leva em conta não só o PIB, mas também território e população. O grupo dos países grandes restringe-se ao Brasil, maior economia da região, com um Produto Interno Bruto (PIB) em 2007 de cerca de 812 bilhões de dólares. No grupo dos países médios estão os países com mais de 100 bilhões de dólares de PIB, ou seja, Argentina, 369 bilhões de dólares; Chile, com 101 bilhões de dólares; Colômbia com 131 bilhões de dólares e Venezuela com 158 bilhões de dólares. No último grupo, dos países pequenos, estão os com menos de 100 bilhões de dólares de PIB, entre eles Paraguai com 9 bilhões de dólares, Uruguai, com 24 bilhões de dólares, Bolívia, com

10 bilhões de dólares e Equador com 22 bilhões de dólares de PIB.¹ Dessa forma foi empreendida uma análise com vistas a verificar qual a contribuição do comércio para o processo de integração sul-americana.

2. Evolução da integração na América do Sul

A problemática da integração sul-americana começou a tomar forma principalmente na segunda metade da década de 1980, quando os países começaram a se voltar mais para a região. Deste modo, com as negociações entre Brasil e Argentina surgiu o Mercosul, tendo ainda como membros Paraguai e Uruguai, estando a Venezuela em processo de adesão ao bloco.

Além do Mercosul existem na região outros processos de integração em curso, como a Comunidade Andina. Vale recordar a iniciativa de Integração da Infraestrutura Física da América do Sul (IIRSA), que como o próprio nome já diz, é uma proposta de integração física, criando infraestrutura para melhorar as outras áreas, como o comércio. Mais recentemente foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, que propõe a integração política, econômica, social, cultural, entre outras áreas, de todas as nações sul-americanas, iniciativa que logrou atrair, pela primeira vez, Guiana e Suriname para o contexto sul-americano.

Para efeitos deste trabalho, a análise será focada no Mercosul, um projeto de integração mais consolidada, e que teve como eixo inicial do processo o tema da economia. Neste sentido, preliminarmente será feita uma periodização histórica do Mercosul, para que se possa entender melhor este processo de integração.

O Mercosul foi criado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O principal objetivo do bloco, de acordo com o artigo 1º do tratado é, de modo geral, a “livre circulação de bens serviços e fatores entre os países”.

Além dos objetivos econômicos, existem também objetivos políticos e sociais, com órgãos criados especificamente para esse fim, porém sem dúvida a questão econômica é crucial para o bloco, pois seu objetivo máximo é a criação de um Mercado Comum, ou seja, livre circulação dos fatores de produção, além da tarifa externa comum, presente na União Aduaneira, que é o estágio atual do bloco. Além dos países membros, o Mercosul conta com os países associados, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Os estados associados devem ser membros da ALADI e podem participar como convidados das reuniões dos órgãos para debater temas comuns.

Segundo Faria, dois impulsos deram início ao processo de integração dentro do contexto de maior aproximação entre Brasil e Argentina.

¹ Dados da CEPAL.

“Em primeiro lugar, fazia parte de um ciclo de mudança da dimensão espacial das relações sociais capitalistas, o qual cobrava um limite geográfico maior para a articulação dos sistemas organizados sob sua égide. Em segundo lugar, representava uma reação ao esgotamento da etapa de crescimento anterior, que encontrou, para além dos ganhos de produtividade e do encurtamento do horizonte de investimento - barreiras à continuidade do crescimento com base no paradigma industrial fordista -, limites próprios representados pela estreiteza de seus mercados internos em razão da combinação de concentração de renda e baixa densidade geoeconômica de seus territórios nacionais” (Faria, 2004: 176).

É possível dividir o Mercosul em quatro fases: entre 1991 e 1994 a criação do Mercosul; de 1994 a 1998 o processo de formalização maior de suas instituições e, da mesma forma que a fase anterior, também caracterizada por um grande crescimento do comércio regional; de 1998 a 2003 a fase de crise no processo de integração; e, a partir de 2003, a revitalização do Mercosul.

A primeira fase, que vai de 1991 a 1994, é a fase de criação do Mercosul, ou o chamado “período de transição”. Em 1991 foi assinado o Tratado de Assunção, que estabeleceu um período de transição, até dezembro de 1994, para a constituição de um Mercado Comum. Durante esse período, os membros adotaram um Regime Geral de Origem, um sistema de solução de controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda. Ademais, de acordo com o artigo 5 do Tratado de Assunção, os Estados partes fariam acordos setoriais, adotariam uma Tarifa Externa Comum (TEC), realizariam a coordenação de políticas macroeconômicas de forma gradual e realizariam um Programa de Liberalização Comercial:

“que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I)” (Tratado de Assunção, 1991, artigo 5º).

Quanto à estrutura institucional, foram criados dois órgãos: o Conselho Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC). O CMC seria o principal órgão, formado pelos ministros de Economia e Relações Exteriores de cada Estado membro, e responsável pelas decisões políticas tendo como objetivo chegar a um Mercado Comum em 1994. Já o GMC seria o órgão executivo, formado por representantes dos ministérios de Relações Exteriores e Economia de cada país (Coutinho, Kfuri e Hoffman, 2007: 22 e 23). É interessante notar que nesse curto espaço de tempo, entre 1991 e 1994 o comércio regional realmente aumentou, mesmo com as Cláusulas de Salvaguarda, bem como aumentou a interdependência comercial entre os países, principalmente entre os maiores membros, Argentina e Brasil.

Porém, apesar desse sucesso, o Mercosul não chegou ao estágio de Mercado Comum no final de 1994, pois era um prazo muito curto para se alcançar uma integração dessa profundidade (Bouzas, 2001: 3). Além disso, apesar dos pontos positivos, houve também alguns conflitos, porém resolvidos com boa vontade entre as partes. Alguns dos problemas nessa fase são as enormes assimetrias entre os membros, além de barreiras não removidas. Segundo Roberto Bouzas, essa primeira fase contou com circunstâncias favoráveis à integração, como um ambiente externo próprio e políticas nacionais microeconômicas congruentes. Assim, não houve tantos problemas para a criação do bloco.

A segunda fase que se pode identificar é a que vai de 1995 a 1998, com a criação de novas instituições. Em dezembro de 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que criou outros quatro órgãos. O primeiro deles é a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), encarregada de auxiliar o Grupo Mercado Comum a executar as decisões, garantindo que fossem bem utilizados os instrumentos de política comercial decididos pelos países membros. Esse é um órgão decisório, juntamente com o CMC e o GMC, podendo emitir diretrizes e proposta, sendo as diretrizes obrigatórias para todos os membros. Foi criada também a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM), sediada em Montevideu e com o objetivo de ser um órgão administrativo, de apoio para as demais instituições.

Já a Comissão Parlamentar Conjunta é um órgão consultivo representado pelos parlamentares dos estados membros, tendo todos os membros direito ao mesmo número de parlamentares, que devem ser escolhidos no âmbito interno. Seu objetivo é:

“acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários” (Protocolo de Ouro Preto, 1994, artigo 25).

Por fim temos o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), formado de representantes dos setores econômicos e sociais de cada país membro, em igual número para todos, e manifestando-se através de recomendações ao Grupo Mercado Comum.

Esta segunda fase do Mercosul é marcada, então, principalmente pela criação de novas instituições de maneira a contribuir para que se alcançasse o objetivo de chegar a um Mercado Comum. Apesar dessas novas instituições, sua natureza continuou sendo a mesma definida pelo Tratado de Assunção, possuindo uma característica intergovernamental e consensual. Ademais, o foco continua sendo as relações comerciais, apesar de ser instituído um órgão designado a cuidar da parte social (Coutinho, Kfuri e Hoffman, 2007: 24).

Além disso, não havia sequer indícios de uma política externa comum entre os membros, analisando-se as votações na Assembleia Geral da ONU. “Entre 1991 e 1996, há posições divergentes em relação à quase metade das votações” (*Ibid*, 24). Outro dado trazido pelos autores é o de que com a criação do Mercosul aumentou consideravelmente a circulação de turistas no bloco, sendo entre 1991 e 1997 um aumento de 75%. Segundo Roberto Bouzas,

“No que diz respeito à performance do Mercosul, o período 1995/1998 foi marcado por contrastes. De fato, esses foram os anos de aumento da interdependência e de crescimento da paralisia regulatória. Durante este período, a imagem prevalecente era a de que o Mercosul era tão bem-sucedido que poderia progredir impulsionado tão-somente pelos interesses do setor privado, enquanto a agenda política ficava relegada a segundo plano. Como os eventos demonstraram mais tarde, a situação era muito mais complexa e, em consequência, o Mercosul começou a acumular uma crescente quantidade de negócios penderes” (Bouzas, 2001, 4).

Assim, esse foi um período marcado por um crescimento ainda maior dos fluxos comerciais e de investimento na região, porém também de um aumento considerável na regulação, o que causou uma “paralisia”. Assim, como diz Bouzas, foi uma época de contrastes dentro do bloco, com grandes avanços em termos comerciais, porém estagnação na estrutura institucional.

A terceira fase, de 1998 a 2003, foi marcada pela chamada crise do bloco. É interessante notar que apesar do momento turbulento que o bloco estava passando, os órgãos continuaram funcionando, sendo inclusive criada mais uma instituição, o Foro de Consulta e Concertação Política, integrado por membros das chancelarias dos países membros, tendo por objetivo fomentar o diálogo sobre política externa e outros temas políticos.

“vale lembrar que políticas comerciais comuns e a agenda para o “aprofundamento” permaneceram em compasso de espera. Mais ainda, dado que o trabalho acumulado na implementação de fato das decisões políticas não prosseguiu, um hiato crescente entre os compromissos e sua implementação manifestou-se em áreas como procedimentos alfandegários, regulamentos e normas técnicas e outras regulações” (Bouzas, 2001, 6).

Entre 2000 e 2002, houve o chamado “relançamento do Mercosul”, tendo por objetivo além de incrementar o comércio, fortalecer as instituições já criadas. Ademais, foram tomadas medidas para fortalecer a “imagem da integração”, como a criação dos símbolos do Mercosul. Em termos de comércio, houve uma clara diminuição dos fluxos nesse período, principalmente no ano de 1999. O comércio entre os países do bloco diminuiu tanto de forma absoluta quanto de forma relativa, além de que o PIB dos países caiu no mesmo período. É uma fase de crise econômica para os países da região que acaba se refletindo no Mercosul. Ademais, além da crise de 1999, há a crise Argentina em 2001, o que retardou a recuperação do comércio regional para apenas 2004. Por outro lado, é nessa fase que há uma maior circulação de turistas dentro do bloco, caindo apenas em 2001 (Bouzas, 2001: 32).

Esta também é a época em que o mecanismo de solução de controvérsias estabelecido pelo Protocolo de Brasília de 1993 é posto em prática. Nessa fase mais vezes é utilizado esse mecanismo, porém como Coutinho, Kfuri e Hoffman salientam, é importante reter que os Estados procuraram o mecanismo do Mercosul para resolver as divergências, mostrando sua eficácia. Em 2002 foi assinado o Protocolo de Olivos, criando o Tribunal Permanente de Revisão. Segundo o protocolo, os países poderiam escolher se queriam levar a questão para o mecanismo de solução de controvérsias do Mercosul ou da OMC, porém não se poderia pedir revisão por outro tribunal depois que um fosse escolhido. Ademais, devido aos órgãos criados e a um maior interesse por parte dos membros, a proporção de votos coincidentes na Assembléia Geral da ONU chega a 75% depois de 1997, o que mostra um maior alinhamento por parte dos países e, de fato, o estabelecimento de uma política externa comum.

Por último tem-se a fase a partir de 2003, caracterizada pela chamada revitalização do Mercosul. Este período é marcado por uma preocupação que vai além dos temas econômicos, com a criação de novos órgãos para tratar de problemas sociais e de direitos humanos. Em 2003 é criada a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM). Este órgão foi criado com a finalidade de assistir a Presidência Pro Tempore e o Conselho do Mercado Comum em questões relativas à integração, à política externa e à conformação do Mercado Comum, sendo formada por representantes permanentes de cada país membro.

Ademais, em 2004 são criados diversos órgãos voltados para outros temas além do comércio, como democracia e direitos humanos. Entre eles estão o Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito, Grupo de Alto Nível para a criação de uma estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e a Reunião das Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos. Foi muito importante a criação do FCCR, pois este busca proporcionar maior participação aos governos dos Estados e Municípios dos países membros do bloco, de modo que eles possam fazer diretamente suas contribuições para o processo, ressaltando a importância percebida de que todos os níveis de governo participem da integração.

Outro tema que ganhou destaque nesta fase foi a questão das assimetrias, um sério obstáculo ao processo desde seu início. Para tratar desse tema, foi criado em 2004 o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, sendo:

“um fundo destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (Retirado do site do Mercosul).

Já em 2005 foi aprovado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, formado por parlamentares dos estados membros, escolhidos por critérios internos e atuando por áreas temáticas, em dez diferentes comissões, que vão desde assuntos econômicos a segurança e defesa. O Parlamento acabou substituindo a Comissão Parlamentar Conjuntos. Apesar do avanço que representa a criação do órgão, permanece uma limitação dada sua característica de ser apenas um órgão consultivo. Em 2006 foi criado o Instituto Social do Mercosul, que já realizou cinco projetos em conjunto com o FOCEM, com vistas à redução das desigualdades sociais dentro do bloco (Site do Mercosul Social).

Nesta quarta fase do Mercosul, também é possível notar uma alta coesão em termos de votos coincidentes na Assembleia Geral da ONU, com 69%. Há uma queda em relação à fase anterior, em que havia 75%, mas continua a ser um número expressivo. Outro dado interessante é que o número de turistas volta a crescer, chegando a um aumento de 25% se comparado a 2002 (Coutinho, Kfuri e Hoffman, 2007: 37).

Em termos econômicos, essa é uma fase de recuperação para o bloco, pois há um rápido crescimento do comércio regional, principalmente em termos absolutos. Em termos relativos o Mercosul vem perdendo espaço principalmente para regiões mais dinâmicas, como China e o Leste Asiático, o que resulta de um grande crescimento de corrente de comércio dos países membros com aquela região do planeta. Outra questão interessante é a assinatura de acordos com outros países e blocos econômicos, como o acordo de Livre Comércio com Israel, em 2007, o Marco de Cooperação Econômica com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em 2005, e o Acordo Preferencial de comércio assinado com a União Aduaneira da África do Sul (SACU) em 2008 (Cepal, 2007, 111; e site do Mercosul).

Apesar das melhorias na última fase analisada do Mercosul, ainda existem vários pontos que exigem atenção. Um deles é a questão das assimetrias, pois apesar da criação do FOCEM, ainda existe muito a ser feito, e este é um ponto frisado por muitos autores, entre eles Veiga, Bouzas e Ferrer, quem cita o problema das assimetrias internas também (Ferrer, 2007, 149). Muitos autores afirmam que são necessárias outras ações no âmbito social, apesar de os grandes impasses estarem nas questões comerciais, como nas cláusulas de salvaguarda. Peña afirma que é importante para o futuro do bloco a participação social, principalmente através do Parlamento, que mesmo recém tendo sido criado abre uma possibilidade de participação (Peña, 2009).

Sobre o Parlamento, Caetano coloca que este pode ser um meio de conseguir resultados mais “palpáveis” no que diz respeito aos mais controversos do bloco, pois haveria uma falta de vontade política de “oferecer instrumentos eficazes” para viabilizar os resultados. Relacionado a isso está o problema do “déficit democrático”, que aponta para a necessidade de uma maior participação da sociedade civil (Caetano, 2007: 147 e 174).

Ademais, existe também um déficit de compromisso, segundo Veiga principalmente do Brasil, indicando que os países não querem “abrir mão de sua soberania”(Veiga, 2005). Este mesmo problema é citado por Faria, o mecanismo intergovernamental adotado pelos países para “proteger” a sua soberania não é compatível com a integração, pois

“cualquier avance del proceso más allá del eslabón inicial de zona de libre comercio requiere el desplazamiento de las estructuras de regulación y la transferencia de ciertas responsabilidades y atribuciones de los estados a organismos regionales” (Faria, 2006: 35).

Outro problema apontado pela CEPAL são as medidas de proteção não tarifárias, que barram o processo de integração, para cuja solução torna-se necessário partir das normas já existentes na Organização Mundial do Comércio (OMC) e complementando-as com normas específicas (Cepal, 2008: 34).

Uma das explicações para as diferentes fases pelas quais o Mercosul passou, de acordo com Bouzas, são os interesses divergentes que motivaram os países a iniciar o processo de integração. De

acordo com o autor, o Brasil tinha como objetivo “ampliar seu papel a nível internacional”, enquanto a Argentina buscava ganhos em termos de comércio. Se no início isso não foi um empecilho para o processo, a partir de 1998 o processo foi barrado pelas diferentes visões dos países quanto a integração. Bernal-Meza também frisa que a integração é um processo político, e que as políticas externas divergentes de Brasil e Argentina prejudicam a integração (Bernal-Meza, 2007: 26). Ademais, Bouzas afirma que questões mais técnicas, como o regime cambial, também causaram divergências, pois em 1999 a Argentina adotava taxa de câmbio fixa, ao contrário do Brasil (Bouzas, 2001, 10).

Além disso, o autor ressalta que é necessário um mecanismo para lidar de forma apropriada com os problemas da liberalização do comércio, para que os setores mais sensíveis não sofram com a retirada das salvaguardas. Por fim, Bouzas ainda salienta que há uma lacuna de liderança no processo de integração, por um lado por falta de vontade do Brasil de exercer esse papel e por outro pelo fato de a Argentina não aceitar que o Brasil o exerça. Assim, o processo fica travado por não ter alguém que arque com os custos da integração.

De acordo com a Cepal, os avanços que o Mercosul conseguiu, principalmente nos últimos anos não eram esperados pela maioria dos analistas. Não só o volume de comércio cresceu, além do dinamismo da região, como as inversões dos países na região aumentaram substancialmente, tendo seu foco mudado de serviços para setores produtores de bens. Ademais, apesar de a criação do Mercosul ter sido uma decisão política, a maior parte dos empresários do Brasil e da Argentina considera o bloco positivo, de modo que a “reversão” do processo seria ainda mais custosa (Cepal, 2002, 21 e 27).

De modo geral, pode-se fazer um balanço positivo do Mercosul, apesar dos problemas e da estagnação pela qual passou, pois o comércio realmente foi incrementado com a criação do bloco e tem havido um esforço no sentido de resolver outros problemas no âmbito social. Segundo Ferrer (2006), deve-se analisar o Mercosul sob a ótica do “Mercosul possível”, ou seja, sem comparações com o processo europeu, o que mostraria que houve diversos avanços, apesar dos pontos em que se deve melhorar.

3. O comércio regional

Apesar de o comércio intra-regional ter aumentado nos últimos anos, ele continua muito baixo se comparado às exportações da região. Pode-se notar que, principalmente após a criação do Mercosul, essa proporção deu um salto considerável. Em 1980 era de aproximadamente 14%, decaindo ligeiramente até 1986 (8,28%), chegando em 1990 a aproximadamente 10%.

Porém a partir de 1991, essa proporção aumentou consideravelmente, com 13,88% em 1991 e chegando a 26,96% em 1998, dobrando em apenas sete anos. Entre 1998 e 2003, a fase de crise da

integração, essa proporção diminuiu, com 16% em 2003, mas se recuperando a partir de 2004, e principalmente a partir de 2007 (20,75%).

De acordo com a Cepal (1999), os países do Mercosul possuíam economias muito fechadas antes da criação do bloco, de modo que com a sua criação o volume de comércio aumentaria muito. Ademais, nota-se que a região passou a ser mais dinâmica, crescendo mais que o resto do mundo entre 1990 e 1996, sendo que o bloco representava 2,7% do PIB mundial e passou a 3,7%.

Embora tenha havido um aumento apreciável do comércio dentro da região, ainda corresponde a muito pouco se comparado a outros blocos econômicos e a seu potencial. Segundo a CEPAL (2007), a densidade de comércio não passa de 15% no caso do Mercosul. Assim, há uma falta de aproveitamento das possibilidades de comércio dentro da região, além de a formação de cadeias regionais de produção ser ainda incipiente, muito devido à falta de normas claras e às restrições ao comércio.

Seguramente deve-se levar em consideração que cada país apresenta uma proporção diferente do comércio com a região. Os países membros do Mercosul em geral comercializam muito com a região desde longa data, sendo que os membros associados estiveram mais ligados aos Estados Unidos e Europa ou aos países da América Central e Caribe.

Certamente que se analisando desde a independência da região, o comércio com os países centrais sempre predominou, primeiro a Europa, logo depois Estados Unidos ocupando seu lugar e sendo o principal parceiro comercial dos países latino-americanos. Japão e União Soviética buscaram seu lugar principalmente na América do Sul, porém sem grande sucesso, prevalecendo a região sob forte influência dos Estados Unidos e sua Doutrina Monroe que preservou sua importância. No entanto, desde 1960 os países da região aprofundaram bastante tanto suas relações comerciais quanto diplomáticas, como se pode notar na formação da extinta Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), logo substituída em 1980 pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), sendo que principalmente desde 1980 essas relações se estreitaram admiravelmente, com o início das negociações do Mercosul e sua criação em 1991.

A Venezuela esteve historicamente mais ligada em termos de comércio, aos Estados Unidos e à América Central do que aos países da bacia do Prata. O país esteve mais interessado nos acontecimentos da América Central e na procura de compradores para seu petróleo. Como os países da bacia do Prata, como Brasil e Argentina, davam preferência para comercializar com quem comprava seus produtos, e a Venezuela não representava um mercado importador relevante, havia uma certa dificuldade. Ademais, havia certo temor no país dos ímpetus expansionistas brasileiros, de modo que as tentativas brasileiras eram vistas com certa ressalva pelos venezuelanos. Somente a partir da década de 1980 que as relações melhoraram, principalmente quando foi assinado o Tratado de Cooperação

Amazônico. Nos últimos anos pode-se notar um aumento, embora pequeno, do comércio da Venezuela com os demais países do Mercosul (Cervo, 2007).

Outros dois países que também não possuem grandes vínculos de comércio com os países membros do Mercosul são Equador e Colômbia. Seus principais parceiros comerciais são Estados Unidos e Europa, com uma pequena porcentagem para o Mercosul. Desde muito tempo eles estiveram mais voltados para o norte do continente sul-americano e para os Estados Unidos, tanto em termos de relações comerciais quanto sob o ponto de vista de interesses e conflitos, como entre Colômbia e Peru na década de 1940. A Colômbia, por exemplo, queria a reconstrução da antiga Grã - Colômbia, mantendo sua atenção voltada para o norte (Cervo, 2007).

Já o Chile está há algumas décadas mais voltado para o comércio com o Pacífico, além de Europa e Estados Unidos. É interessante notar que a maior parte das exportações chilenas vai para estes países, porém uma quantidade maior das importações vem dos países do Mercosul, de modo que o país possui um comércio equilibrado com várias regiões. Quanto aos menores países da região, Bolívia, Paraguai e Uruguai, grande parte de seu comércio está baseado na região, chegando a mais de 50%.

Argentina e Brasil também possuem uma porcentagem considerável do comércio vindo da região, porém não são dependentes, tendo relações comerciais com diversas outras regiões. Se desde a década de 1980 os dois países começaram a estreitar suas relações, antes disso, até principalmente a década de 1940, havia grande rivalidade entre os dois países em torno de uma disputa pela “liderança da região”. Ademais, a Argentina se aproximou mais dos Estados Unidos, esfriando as relações regionais. Somente a partir da década de 1960 que as relações melhoram, e apesar da tendência de se dizer que há um esfriamento de relações na década de 70, Amado Cervo (2007) argumenta que tal não se verificou. As relações bilaterais ganham novo alento desde o começo dos anos 1980, um marco para o aprofundamento da cooperação entre os dois países, tendo como resultado a criação do Mercosul.

4. Características das relações comerciais

Segundo a metodologia exposta na introdução, os países foram divididos em três grupos.²

4.1. País grande

O Brasil é o país do Mercosul que menos depende do bloco no que se refere às importações, isso desde 1980, tendo sua média nesse período se mantido em torno de 8% de importações dos países do Mercosul e em 2007 o valor representar 9,92%. Suas principais fontes de importação são a Europa

² Por uma questão de espaço, os gráficos e tabelas completos que serviram de referência para esta análise não puderam ser incluídos, estando à disposição dos interessados desde que solicitado junto aos autores.

(24,17% em 2007) e os Estados Unidos e Canadá (16,94% em 2007), sendo que esses valores permaneceram praticamente nesse mesmo patamar desde 1980, com pequenas variações.

Entre os blocos que aumentaram suas exportações para o Brasil, pode-se destacar a China, que representou em 2007 10,8% das importações brasileiras e o leste asiático, que representa 11,91% e vem crescendo sua participação desde 1992, principalmente. Até 1994, as exportações dos países árabes e islâmicos eram bastante relevantes na pauta brasileira, chegando em 1983 a superar os Estados Unidos (19,61%) com 35,67%, porém desde então elas têm se mantido em torno dos 5%. Os principais países exportadores dessa categoria eram a Arábia Saudita (13,9% em 1983) e o Iraque (13,05% em 1983).

Entre os principais produtos importados pelo Brasil, é importante mencionar as substâncias químicas industriais (14,83%), maquinaria (12,16%) e petróleo e gás (11,47%), todos os dados de 2007. Estes se mantiveram desde a década de 1980 como os principais produtos importados pelo Brasil, porém na década de 1980 gás e principalmente petróleo possuíam uma importância muito maior que a atual, chegando a corresponder a 48,61% em 1984, logo depois decaindo até chegar em 1993 a 9,83% e se mantendo nessa faixa desde então. É por volta da metade da década de oitenta que há um maior interesse do Brasil em explorar o petróleo nacional, pois sua importação, que antes era barata, com a crise dos anos 1970 e o rápido aumento do preço criaram a necessidade de uma nova estratégia energética para o país. Ademais, pode-se notar que a maior parte das importações brasileiras é de produtos manufaturados, correspondendo a 82,06% em 2007, em seguida vindo os minérios, com 14,61%.

Já entre os principais produtos importados vindos dos países do Mercosul e membros associados encontram-se os de origem agropecuária (11,41%), petróleo e gás (11,61%) e material de transporte (16,46%). É importante notar que por volta de 10% do petróleo e gás importados pelo país vem do Mercosul. Quanto à evolução, esses são os principais produtos importados ao longo das últimas três décadas, porém tendo o petróleo maior importância do que a atual na década de 1980.

No tocante às exportações, os mercados são bastante variados, e o Mercosul não possui tanta importância, representando apenas 12,74% dos destinos em 2006. Entre as principais regiões se encontram a Europa (23,75%) e Estados Unidos e Canadá, com 19,43%. Deve-se destacar também os demais países da América do Sul (7,26%) e a China (6,11%), tendo esta última um rápido crescimento de participação na pauta de exportações brasileiras. Pode-se afirmar que, quanto à evolução a participação dos diferentes destinos bastante estável, com as poucas mudanças desde a década de 1980 sendo no sentido de uma crescente diversificação com maior peso para a Ásia.

Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil estão agropecuária (10,34% em 2007), produtos alimentícios (15,62% em 2007) e material de transporte (12,4%). É interessante notar que

nenhum dos produtos passa de 16%, sendo uma pauta bastante variada. Já os principais produtos exportados para dos países do Mercosul são material de transporte (24,09% em 2007) e substâncias químicas industriais (10,09% em 2007). Estes têm se mantido como os dois principais produtos desde a década de 1980. Um terço do que o Brasil exporta de material de transporte vai para o Mercosul, o que demonstra a importância do mercado nesse segmento.

4.2. Países médios

Nesta categoria incluímos Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Apesar de estes países possuírem diferenças importantes em termos de comércio, todos eles possuem economias de tamanhos similares, em que pese a maior importância da Argentina.

Em relação às importações da Argentina, durante as duas últimas décadas elas têm vindo principalmente do Mercosul, da Europa e da América do Norte - Estados Unidos e Canadá. Porém os dois últimos grupos têm perdido espaço para o Mercosul, principalmente a partir de 1999/2000. As importações provenientes do Mercosul passaram de 25% em 1999 para 35,93% em 2007. Outra região de destaque para as importações argentinas é a China, crescendo principalmente a partir de 1995, e chegando a representar 11,39% em 2007.

Os principais produtos importados pelo país são substâncias químicas industriais (14,43%), construção de máquinas (15,55%) e material de transporte (18,81%). Pode-se perceber que essas três categorias de produto se mantiveram ao longo do tempo como as de maior percentual na pauta de importações. Das importações vindas do Mercosul e membros associados, os principais itens continuam sendo substâncias químicas e materiais de transporte.

Já quanto às exportações, o principal destino são os países do Mercosul, principalmente a partir da criação do bloco, fazendo com que o comércio passasse de 16% em 1990 para 29,83% em 1993, um crescimento bastante expressivo para apenas três anos. Outros destaques são os demais países da América do Sul, e a China, que vem crescendo principalmente desde 2000. Os principais produtos exportados pela Argentina são os produtos alimentícios (28,75%) e da agropecuária (18,42%), sendo que este último setor diminuiu sua participação ao longo do tempo, tornando mais variada a pauta.

Dentre os principais produtos exportados para os membros do Mercosul e países associados estão produtos alimentícios (12,85%), material de transporte (21,6%), petróleo e gás (6,81%) e da agropecuária (12,54%), sendo que estes últimos vêm declinando ao longo do tempo. Já petróleo e gás aumentaram principalmente após a criação do Mercosul, chegando no auge por volta de 2000 e logo após declinando consideravelmente. Um destaque são materiais de transporte, que cresceram bastante a sua participação com a criação do Mercosul, porém apresentando uma leve retração após a crise argentina em 2001, e se recuperando desde 2003.

Já o Chile é, dentre os países membros ou associados do Mercosul, um dos menos dependentes dos países do bloco, juntamente com a Colômbia. Suas exportações se destinam principalmente à Europa e aos Estados Unidos (27,78%) e Canadá (18,32%). Outros destaques são a China, com participação crescente desde 2000, chegando a 8,84% em 2007. Ademais, o Leste Asiático possui uma participação considerável, com 13,64% em 2007 e a América do Sul vem crescendo sua importância, com 5,55% em 2007. Pode-se notar que os destinos das exportações chilenas são bastante variados, sem que haja dependência de um mercado específico.

Na pauta de exportações, merecem destaque as indústrias básicas de metais não ferrosos, com 39,45% em 2007, sendo que desde 1980 é o segmento que possui maior participação. Logo atrás, tem-se minerais metálicos (26,03%) com aumento da participação desde 2002 e agropecuária (4,18%), com declínio desde 2003. Assim, grande parte das exportações são de produtos manufaturados, porém com aumento expressivo dos minérios desde 2002, chegando a 26,24% em 2007. Já a agropecuária é a que possui menor participação na pauta de exportações.

Dentre os principais setores exportadores para o Mercosul estão as indústrias básicas de metais não ferrosos (26,53% em 2007), que possuía grande destaque no início da década de 1980, perdendo participação na década de 1990 e voltando a se recuperar em 2000. Outro produto de destaque são os minerais metálicos, que desde 1980 vem crescendo e em 2007 representavam 13,97%. Apenas cerca de 8% dos metais não ferrosos tem como destino o Mercosul, enquanto 6% dos minerais metálicos tem esse destino. Assim, pode-se notar que o Mercosul não é um dos mercados mais importantes para o Chile.

Entre as principais origens das importações chilenas, vale destacar Canadá e Estados Unidos, Europa e Mercosul. Se por um lado as exportações chilenas não se destinam ao Mercosul, uma boa parte dos produtos importados tem essa origem, principalmente desde 1998. No início da década de 1980 a maior parte das importações vinha dos Estados Unidos, representando 27,6% em 1980. Já em 2007 passou para 19,28%. A Europa também perdeu espaço para o Mercosul, passando de 20,74% em 1980 para 14,65% em 2007. E o Mercosul que tinha 19,8% em 1980 chegou a 34,74% em 2003, e a partir daí, com o aumento da importância da China, passou para 21,89% em 2007. A China é um dos grandes destaques, como para os demais países, aumentando sua participação principalmente desde 2003 e chegando a 11,42% em 2007. Pode-se notar também uma perda de participação do Japão e um ganho para os países do leste asiático.

Quanto aos produtos importados, os que merecem destaque na pauta em 2007 são petróleo e gás (14,25%), construção de maquinaria (13,32%) e material de transporte (13,32%) (Gráfico 17). Os principais produtos importados vindos do Mercosul são petróleo e gás (31,1% em 2007), produtos alimentícios (11,27% em 2007) e material de transporte (8,07% em 2007). Estes se mantiveram desde

a década de 1980 como os principais produtos, porém perdendo espaço para os demais, tornando a pauta mais variada. É interessante notar que 64,07% do petróleo e gás importados pelo Chile vêm do Mercosul.

A Colômbia é um dos países da América do Sul que menos depende historicamente em termos de importação dos países do Mercosul, tendo esse índice, entretanto, se alterado positivamente entre 1980 (7,97%) e 2007 (13,67%). Sua maior fonte de importações são os Estados Unidos e o Canadá, representando 27,81% em 2007. Porém, deve-se notar que essa região vem perdendo espaço no mercado colombiano, pois em 1980 representava 41,46%. Apesar de essa diminuição estar diluída em quase três décadas, ela pode ser considerada bastante substancial, pois demonstra que o país vem diversificando suas fontes. As regiões que mais aumentaram suas exportações para a Colômbia foram o Leste Asiático, com 7,3% em 2007 e a China, passando de 0,4% em 1992 para 10,02 em 2007.

Os principais produtos importados pela Colômbia são substâncias químicas industriais (14,19% em 2007), construção de maquinaria (14,93% em 2007) e material de transporte (16,27% em 2007). Desde 1980 esses três produtos se mantiveram como os principais importados pelo país. É interessante notar também que existe uma diversidade grande nas importações. Entre os principais produtos importados do Mercosul encontram-se produtos alimentícios (10,68% em 2007), substâncias químicas industriais (11,18% em 2007), indústrias básicas de ferro e aço (13,46% em 2007) e material de transporte (14,07% em 2007). É possível perceber que há um maior equilíbrio dos produtos vindos do Mercosul em comparação com o total das importações.

Analisando as exportações, é possível notar que os principais destinos se mantêm desde 1980 sendo Estados Unidos e Canadá e Europa, sendo que esta última vem perdendo espaço para a América do Norte. É interessante notar que a participação do Mercosul vem crescendo, apesar de timidamente, bem como a da América Central e América do Sul. Assim, o Mercosul passou de 4,09% em 1990 para 10,83% em 2005. Estados Unidos e Canadá se destacam com 41,43% no mesmo ano, seguido pela Europa com 14,15%. É interessante perceber que, neste caso, a China aparece com uma participação irrelevante.

Os principais produtos exportados pela Colômbia em 2007 são oriundos da agropecuária (12,45%), petróleo e gás (18,55%) e da exploração de minas de carvão (11,07%). Os demais produtos possuem participação semelhante. É interessante observar que na década de 1980 68,61% das exportações eram apenas de agropecuária, diminuindo principalmente a partir de 1987 e chegando em 2000 a aproximadamente o patamar atual. Quanto aos principais produtos exportados para o Mercosul, a pauta é bastante variada, sendo que apenas um deles passa de 10% das exportações, material de transporte, com 13,99% em 2007. E mesmo esse grupo de produtos passou a ter maior importância

desde 1998. Antes se sobressaíam as substâncias químicas industriais e no início dos anos 80, a agropecuária, porém sem o mesmo destaque que nas exportações para o mundo.

Já a Venezuela apresenta uma tendência de importações diferente dos países membros do Mercosul, sendo que as mercadorias vendidas pelo bloco representam apenas 12,5% (2007) de sua pauta. Historicamente os produtos vindos desses países têm pouca representatividade na sua pauta, com uma ligeira melhora a partir de 2000 (7,05%).

Suas importações vêm principalmente da Europa, com uma ligeira perda de participação desta para o Mercosul nos últimos anos, mas ainda assim sendo de 12,72% em 2007. E a maior parte das importações tem como origem os Estados Unidos e Canadá, representando 27,21% em 2007, apesar de também ter perdido espaço para outros exportadores. Em 1980, as exportações desse bloco para a Venezuela representavam 52,31%. Dentre os blocos que vêm ganhando espaço pode-se destacar os países da América do Sul não-membros do Mercosul, com 18,69% em 2007 e a China, com 9,59% no mesmo ano.

Os principais produtos importados são materiais de transporte (20,48% em 2007) e construção de maquinaria (17,27% em 2007), se mantendo ao longo das três décadas analisadas como os mais relevantes. Já dentre os produtos vindos do Mercosul se destacam material de transporte (18,95% em 2007) e produtos alimentícios (11,25% em 2007). Cerca de 34% das importações de material de transporte vem dos países do Mercosul, sendo esse um dos segmentos com maior relevância na pauta de importações. Ademais, pode-se perceber que quase 97% das importações venezuelanas são de produtos manufaturados, sendo que minérios praticamente não fazem parte da pauta.

Analisando as exportações, a maior parte delas vai para os Estados Unidos e Canadá, correspondendo a 49,34% em 2007. Este bloco vem ganhando força ao longo do tempo, pois em 1980 contava com apenas 36,91%. Em segundo lugar aparece América Central e Caribe, com 19,36% e Europa com 10%. O Mercosul aparece com pouca relevância nos destinos das exportações, com apenas 1,44% em 2006. Por volta de 1995 o Mercosul apresentou a maior participação, com quase 10% das exportações, declinando logo em seguida.

O principal produto exportado pela Venezuela é o petróleo, correspondendo a 71,11% em 2006. Em todo o período analisado este produto se destaca, apresentando um declínio e se mantendo por volta dos 50% entre 1985 e 1998, se recuperando logo após. Merecem destaque também os produtos do refino do petróleo, com 18,63%. Já levando em conta os produtos exportados para o Mercosul, o petróleo possuía destaque até 1989, logo após se mantendo na faixa dos 15% e em 2006 representando 13,6%. Outros produtos importantes são os derivados do refino do petróleo, com 31,8% em 2006 e os das indústrias básicas de ferro e aço, com 16,23% no mesmo ano. É importante destacar que apenas

cerca de 1% do petróleo exportado pela Venezuela tem como destino os países membros do Mercosul e associados.

4.3. Países pequenos

Entre os países pequenos incluímos Paraguai, Uruguai, Bolívia e Equador.

Em relação à Bolívia, cerca de 40% das importações são provenientes do Mercosul, tendo esse ganhado destaque principalmente a partir de 1998. Da segunda metade dos anos 80 até a segunda metade dos anos 90, o Mercosul perdeu importância nas importações bolivianas, abrindo espaço principalmente para a Europa e o Japão.

A partir de 2000, as regiões que se destacam, além do Mercosul, são a China, com um aumento substancial a partir desse ano, chegando a 7,73% em 2007; e os outros países da América do Sul, com 15,33 em 2007. Já Estados Unidos e Canadá diminuíram consideravelmente suas exportações para a Bolívia, tendo 22,68% em 2000 e 12,01% em 2007. Outra região que diminuiu sua participação nas importações bolivianas foi a Europa, que em 1980 representava 27,45% e em 2007 apenas 9,48%.

A pauta de importações boliviana é bastante variada, não tendo nenhum produto que passe de 15%. Dentre os principais, deve-se mencionar material de transporte (13,91%), construção de maquinaria (15,06%), substâncias químicas industriais (11,49%), todos em 2006. Grande parte das importações são produtos manufaturados, mais de 95%, seguidos os da agropecuária. Minérios correspondem a menos de 1% da pauta de importações. O mesmo ocorre com os produtos vindos dos países do Mercosul, tendo maior destaque substâncias químicas industriais (13,88% em 2006), refinados de petróleo (14,21% em 2006) e os das indústrias básicas de ferro e aço (12,52% em 2006). Pode-se notar que os principais produtos vindos do Mercosul não são os mesmos que encabeçam a pauta de importações do país.

Quanto às exportações, pode-se notar um grande aumento da participação do Mercosul a partir de 1999, passando de 15,5% para 52,42% em 2007. Entre 1980 e 1986 o Mercosul apresentava uma participação semelhante à atual, declinando na década de 90 e se recuperando no final da década. Quem perdeu participação nas exportações foram a Europa e os Estados Unidos e Canadá, deslocados principalmente pelo Mercosul. Pode-se destacar também os demais países da América do Sul, com aumento considerável a partir de 1990, chegando a ter uma participação de 11,45% em 2007. Ademais, a partir de 2003 nota-se um aumento significativo da participação do Japão, com 8,95% em 2007.

Os principais produtos exportados pelo país são petróleo e gás, com um crescimento vertiginoso a partir de 1999, mesmo ano em que aumentam as relações com o Mercosul, correspondendo a 46,07% em 2007. Outros produtos que merecem destaque são os alimentícios (11,01%), com considerável aumento na participação desde 1994 e minerais metálicos (21,48%),

principalmente a partir de 2003. Grande parte das exportações bolivianas é de minérios (67,75%) e manufaturas (28,32%). Pode-se notar que petróleo e gás são os principais produtos na pauta de exportação.

Dentre os produtos exportados para o Mercosul, vale destacar petróleo e gás e produtos alimentícios. Quanto a petróleo e gás, a partir de 1985 houve um declínio, passando de 92,94% neste ano para 10,72% em 1998, e se recuperando a partir de então e correspondendo a 70,96% em 2007. Já com os produtos alimentícios ocorreu o inverso, aumentando entre 1985 e 1998, e declinando até chegar a 17,66% em 2007. Deve-se notar que 92,62% do petróleo e gás exportado pela Bolívia vão para o Mercosul, e o mesmo ocorre com 96,46% dos produtos alimentícios, sendo este um mercado extremamente importante para o país.

A maior parte das importações paraguaias vem do bloco do Mercosul, apesar da importância deste ter decaído de 2002 para cá. Desde a década de 80 as importações do Paraguai têm como origem países membros do Mercosul, representando 47,4% em 1980, com um período de diminuição, a partir de 1985 (30,09%), e posterior retomada, entre 1991 e 1996 (52,85%). Em 2002 essa porcentagem chegou ao seu ápice (55,2%), e a partir daí começaram a declinar, representando 35,41% em 2006.

O país que mais cresceu suas exportações para o Paraguai, tomando o lugar do Mercosul, foi a China, que passou de 11,44% em 2000 para 25% em 2006, contribuindo também para que as exportações dos Estados Unidos e Canadá e da Europa diminuíssem, representando em 2006 5,99% e 8,76% respectivamente.

Outro bloco que diminuiu significativamente suas exportações para o Paraguai foi o dos países árabes e islâmicos que representavam 14,29% em 1983 e em 2006 chegaram somente aos 0,05%. Ademais, o leste asiático também apresentou uma considerável diminuição na sua participação, passando de 19,35% em 1998 para 5,03 em 2006. O país desse bloco que mais contribuía para esse alto índice era Taiwan, porém este perdeu mercado para a China, com seus produtos mais competitivos. É notável que a participação de Taiwan decaiu principalmente a partir de 2000 (2,07%), sendo que em 1999 sua participação era de 7,69%, o que coincide com o aumento da participação chinesa no mercado paraguaio.

A pauta de importações do país é bastante variada, sendo que os principais segmentos são material de transporte (12,8% em 2006) e construção de maquinaria (22,83%). Ao longo das três últimas décadas a pauta se manteve praticamente inalterada, notando-se apenas uma relevante diminuição de petróleo e gás. Já entre os produtos importados do Mercosul, merecem destaque refinados de petróleo (20,12 em 2006) e substâncias químicas industriais (16,01% em 2006).

O principal destino das exportações paraguaias é o Mercosul, com 48,48% em 2006. Desde o início da década de 1980, este é o principal destino, correspondendo antes a 40%. Merece destaque

também a América Central e Caribe, com 10,43% em 2006. Outra região que se tornou importante recentemente para o país é a Rússia e Ásia Ocidental, passando de 2,87% em 2004 para 12,03% em 2006, um grande crescimento em pouco tempo.

A base das exportações é de agropecuária (38,91% em 2006) e produtos alimentícios (38,55% em 2006). Desde 1980 esses são os dois principais itens, juntamente com madeira e produtos derivados, que perderam importância e em 2006 correspondiam a apenas 4,45%, pouco comparado aos 21,36% de 1980, tendo essa redução acontecido principalmente devido aos problemas ambientais causados, o que gerou leis rígidas contra o desmatamento. Esses dois são também os principais produtos exportados para os países membros do Mercosul e seus associados, tendo a agropecuária 40,82% e produtos alimentícios 35,73%. Cerca de 61% da agropecuária, e 54% dos produtos alimentícios são exportados para o Mercosul.

O Uruguai também apresenta predomínio das importações vindas dos países do Mercosul, tendo essas crescido consideravelmente, passando de 33,06% em 1980 para 57,53% em 2007, tendo apenas um período de diminuição significativo entre 1981 (37,69%) e 1985 (27,98%). Nesse período de diminuição, quem mais aumentou suas exportações para o Uruguai foram os países árabes e islâmicos, crescendo sua participação de 1,06% para 16,77%, a África, passando de 11,77% para 15,58% e os países da América Central, que passaram de 1,81 para um pico de 9,29% em 1983.

Mais recentemente, os blocos que aumentaram a sua participação foram a Rússia, chegando a representar 11,14% em 2004, sendo que seu máximo havia sido 6,48% em 1985, e a China, chegando a 9,6% em 2007. As importações provenientes da Europa e dos Estados Unidos e Canadá diminuíram relativamente em relação à década de 1990, pois além de perderem espaço para China e Rússia, o Mercosul também aumentou a sua participação principalmente a partir de 2004 (44,46%), chegando a 2006 com 58,27% e em 2007 com 57,53%.

A pauta de importações uruguaias é bastante equilibrada, possuindo maior proeminência petróleo e gás (13,51% em 2007) e substâncias químicas industriais (15,64% em 2007). É interessante notar que até 1986 o petróleo correspondia a cerca de 30% das importações, perdendo espaço posteriormente para outros produtos. Já os produtos importados do Mercosul pertencem a esses dois segmentos, sendo que 35,87% das substâncias químicas vem de países do bloco, o mesmo ocorrendo com cerca de 90% do petróleo importado pelo país.

Analisando as exportações, percebe-se que o Mercosul é o principal destino dos produtos uruguaios. O comércio aumentou principalmente desde 1988, passando de 24,17% para 56,33% em 1998. Logo após, houve uma perda de participação, caindo para 23,92% em 2005, e tendo uma leve recuperação, com 25,82% em 2006. Outros parceiros importantes em termos de destino para

exportações são a Europa (19,31% em 2006) e Estados Unidos e Canadá (14,3% em 2006). Nota-se também um aumento na participação da América Central e Caribe ao longo das três últimas décadas.

Dentre os principais produtos exportados figuram produtos alimentícios (36,81% em 2007), que aumentaram consideravelmente desde 2000, os da agropecuária (12,14% em 2007), mantendo-se durante todo o período nessa média e couro (7,03% em 2007), tendo diminuído sua participação levemente a partir de 2005. Já o principal item exportado para o Mercosul são produtos alimentícios (24,67% em 2007), tendo perdido um pouco de espaço para os outros produtos durante o período. Já o restante não passa de 8%, o que mostra uma pauta bastante equilibrada.

O Equador é historicamente outro país, além de Venezuela e Colômbia, que importa substancialmente dos Estados Unidos e Canadá. Esse bloco representava no início dos anos 80 cerca de 40% das importações feitas pelo país. Porém mais recentemente outros blocos têm aumentado a sua participação significativamente, deixando para os Estados Unidos e Canadá apenas 18,25% em 2007.

Entre esses blocos, pode-se destacar o Mercosul, que representou 19,08% das importações do Equador em 2007, um aumento de 390,49% desde 1980. Outro destaque é a China, passando de 1,06% em 1997 para 11,5% em 2007, o fornecedor que mais cresceu em participação. Além desses, o resto da América do Sul também apresentou aumento na sua participação a partir de 1994, representando em 2007 17,56%.

Os principais produtos importados pelo Equador são os de material de transporte (10,9% em 2007), da construção de maquinaria (10,98% em 2007), do refino de petróleo (15,3% em 2007) e substâncias químicas industriais (9,09% em 2007). No geral esses produtos se mantiveram na mesma média durante o período analisado, ao passo que o refino de petróleo aumentou consideravelmente de 2003 até 2007. Quanto às importações vindas do Mercosul, se destaca o refino de petróleo, com 23,66% em 2007. O restante da pauta é bastante diversificado, com nenhum produto passando de 10%. Mais de 50% desses produtos vem do bloco.

Quanto às exportações, o principal destino são os Estados Unidos e Canadá, com 53,67% em 2006, sendo que em 1980 sua participação era de 31,41%, notando-se um crescimento razoável ao longo de quase 30 anos. Outra região que merece destaque é a Europa, que em 2006 correspondia a 12,02%, crescendo principalmente a partir da década de 1990. Outros destaques são América Central e Caribe (6,35% em 2006) e América do Sul, menos Mercosul (18,22% em 2006), também tendo tido um aumento considerável na década de 1990. O Mercosul é um dos que apresenta menor participação, correspondendo a 3,1% em 2006.

Os produtos mais importantes da pauta de exportações do Equador são petróleo e gás, correspondendo a 53,83% em 2007. Durante todo o período analisado esses produtos predominam na pauta, perdendo importância relativa entre 1985 e 1998, mas logo depois aumentando sua participação.

Outro item de destaque é a agropecuária, com 15,3% em 2007, tendo diminuído sua participação desde 2002, quando então representava 29,54%.

Entre os produtos de destaque tendo como destino o Mercosul, pode-se citar petróleo e gás (57,93% em 2007) e produtos alimentícios (11,86% em 2007). É interessante notar que apenas 26% das exportações totais de petróleo e gás do Equador tem como destino países membros ou associados do Mercosul.

5. Conclusões

A análise dos fluxos de comércio dos países do Mercosul e seus membros associados aqui realizada, por um lado confirma a percepção de que o processo de integração no Cone Sul vem recebendo um forte impulso da corrente de comércio entre os participantes. Isso poderia levar a crer que o processo de integração vem se limitado às relações comerciais e que essas apresentariam mais ou menos os mesmos resultados para todos. Entretanto, quando abrimos o estudo tanto por produto quanto por origem e destino, podem-se notar diferenças significativas entre os países.

Em primeiro lugar, é possível dividir os países analisados de acordo com a maior ou menor dependência de uma região tanto em relação às importações quanto às exportações.

Sobre as exportações, os países menos dependentes de alguma região específica são Brasil e Chile, dois países bastante parecidos em termos de diversidade de parceiros. Outro país que poderia ser colocado nessa categoria é a Argentina, porém esta possuindo maior dependência do Mercosul do que Brasil e Chile. Já Colômbia, Equador, Peru e Venezuela são os países historicamente mais dependentes dos Estados Unidos em termos de comércio, e os menos ligados aos países da região. Os demais países, Bolívia, Uruguai e Paraguai possuem uma grande dependência do bloco, responsável na maior parte do período analisado a mais de 50% de suas exportações.

Já em relação às importações, cabe a mesma divisão, com Brasil e Chile tendo relações mais diversificadas, e o Mercosul tendo uma importância cada vez maior para Argentina. Os países menores, Bolívia, Uruguai e Paraguai, sendo bastante dependentes do bloco, ainda mais em se tratando de importações. Por fim, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela importam mais dos Estados Unidos, porém o peso do Mercosul nas importações é maior do que nas exportações, e vem ganhando importância crescente.

Assim, pode-se dizer que os países classificados como pequenos, excetuando-se o Equador, são os países para os quais o Mercosul é mais importante, além da Argentina, pois vêm experimentando um aumento de seu comércio com o bloco, podendo-se, inclusive, sugerir uma dependência do Mercosul.

Ademais, nota-se que o comércio de maneira geral vem crescendo na região. A maioria dos países analisados apresentou aumento em termos de percentual das importações vindas do Mercosul desde a criação do bloco, com apenas alguns casos em que houve uma leve diminuição, principalmente nos últimos anos, caso do Brasil, que desde 2000 diminuiu as importações do bloco em cinco pontos percentuais. Outro exemplo é o Paraguai, onde, desde 2004, o Mercosul vem perdendo espaço para a China nas exportações. Os demais países analisados experimentaram um aumento da participação do Mercosul nas importações. Em termos absolutos, todos os países analisados apresentaram desde 2004 um rápido aumento das importações vindas do Mercosul. Ademais, todos os países apresentaram aumento das importações em números absolutos desde a criação do bloco, havendo diminuição apenas no período entre 2001 e 2004, sendo esta diminuição maior ou menor dependendo o país, tendo como provável causa à crise econômica de 2001, cuja recuperação veio se dar apenas a partir de 2004.

No que respeita às exportações, também foi possível notar um aumento da participação do Mercosul a partir da criação do bloco, situação que se modificou, nos últimos anos, quando se verificou uma perda de espaço para outras regiões, como China, América Central e Caribe, e, também, Rússia e Ásia Ocidental. Os únicos países em que o Mercosul não aumentou sua participação em termos percentuais nas exportações são Chile, Equador e Venezuela, os três países que possuem menos relação com o Mercosul em comparação com os demais. É interessante observar que a participação do Mercosul nas exportações paraguaias diminuiu a partir de 2003, perdendo espaço principalmente para a Rússia, porém desde a criação do Mercosul a participação dos países do bloco vem aumentando como tendência. Considerando as exportações para o Mercosul em termos absolutos, pode-se notar que ocorreu o mesmo que com as importações, ou seja, um crescimento bastante considerável desde 2004 para todos os países analisados, além do crescimento desde a criação do bloco. As exceções são a Venezuela, em que a recuperação das exportações se deu apenas a partir de 2006, e a Bolívia, que não apresentou queda nas exportações absolutas entre 2001 e 2004.

Deste modo, pode-se notar um aumento do comércio regional na América do Sul, o que é um ponto que contribui para a integração. Os países tem tanto importado quando exportado mais para os membros do Mercosul, havendo uma clara tendência à regionalização da corrente de comércio no continente.

Por fim, pode-se analisar os países de acordo com os principais produtos que figuram na pauta de importação e exportação. Também neste caso é possível dividir os países entre o grupo que possui uma pauta mais equilibrada e o grupo que depende muito de um ou um pequeno grupo de produtos.

É possível dizer, no geral, que quanto maior o país de acordo com os critérios utilizados no artigo, menos dependente de apenas um produto em termos de exportação será. Deste modo, o Brasil é o país que possui a pauta de exportações mais diversificada, com nenhum produto ultrapassando 15%

de participação. Já quanto aos países médios, todos eles apresentam produtos na pauta que correspondem a mais de 15% e geralmente menos de 40%, com exceção da Venezuela, pois petróleo e gás correspondem a 70% do que é exportado pelo país. Por fim, os países classificados como pequenos geralmente dependem bastante de um ou dois produtos, que são os principais da pauta de exportações. No caso da Bolívia e Equador, somente o petróleo corresponde a mais de 40% das exportações, e somando-se com o segundo principal produto na pauta, os dois correspondem a quase 70% das exportações. Este é o mesmo caso do Paraguai, em que a soma dos dois principais produtos chega a quase 75% da pauta. A exceção é o Uruguai, em que essa soma não chega a 50%, um claro resultado de sua renda per capita superior e de um nível de industrialização maior do que o dos outros pequenos. Analisando a pauta de exportações dos produtos sul-americanos, percebe-se que os principais produtos são petróleo e gás, de origem agropecuária e produtos alimentícios. Pelo menos um desses dois últimos produtos (agropecuária e produtos alimentícios) aparece com peso importante na pauta de todos os países analisados, exceto Venezuela, que exporta basicamente petróleo, e Chile, que exporta principalmente minérios e metais.

Quanto às importações, com exceção do petróleo, os produtos que mais aparecem são substâncias químicas, materiais de transporte, maquinaria ou produtos para a construção de maquinaria. Assim, nota-se que continuam sendo os produtos mais elaborados que lideram a pauta de importações, comparando-se com o tipo de produto exportado pelos países. Outra coisa interessante de ser notada é que, entre esses principais produtos importados, muito pouco vem do Mercosul, pois os países importam no geral o mesmo tipo de produto, o mesmo ocorrendo com as exportações. Certamente existem exceções para isso. Por fim, o peso dos produtos nas importações se manteve de modo geral estável, porém nas exportações é possível notar uma leve diminuição no peso dos principais produtos, tornando a pauta mais variada.

Por conseguinte, é possível concluir que houve uma maior integração econômica na região, principalmente depois da criação do Mercosul. Ademais, desde 2004 todos os países aumentaram tanto as importações quanto as exportações absolutas para o bloco. Porém não se pode afirmar que já se tenha estabelecido um regime de complementaridade econômica, o que indicaria estar o processo ainda em um patamar inicial de seu desenvolvimento. Neste sentido, pode-se afirmar que existe bastante espaço para que as relações comerciais cresçam e, portanto, que as perspectivas de o âmbito econômico permanecer por um longo período a mais como motor principal do processo de integração regional são bastante positivas.

Bibliografia

- BERNAL-MEZA, Raúl. Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo y política exterior. **Carta Internacional**, vol 2, nº 2, 2007.
- BOUZAS, Roberto. Mercosul, dez anos depois: processo de aprendizado ou *déjà-vu*? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, N. 68, jul-set, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. (1985). **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CAETANO, Gerardo. Mercosul: *quo vadis*? **Diplomacia, Estratégia e Política**, 2007.
- CEPAL. **Uruguay en el Mercosur: perspectivas del comercio intrarregional**, Montevideu, 1999.
- _____. Integración e iniciativas comerciales. In: **Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe: tendencias 2008**. Montevideu, 2007.
- _____. **La integración en busca de un modelo: los problemas de convergencia en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2008.
- _____. **Los procesos de integración de los países de América Latina y el Caribe 2000-2001: avances, retrocesos y temas pendientes**. Santiago de Chile, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- COUTINHO, Marcelo; KFURI, Regina; HOFFMAN, Andréa. **Raio X da integração Regional**. Estudos e Cenários, Observatório Político Sul-Americano, Maio, 2007.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. Las negociaciones comerciales de Brasil: escenarios, agendas e intereses. **Revista del Sur**, nº 166, agosto de 2006.
- FERRER, Aldo. **Integração Regional e desenvolvimento na América do Sul**. Transcrição da conferência organizada pelo Fórum de integração regional / IUPERJ - dia 28 de abril de 2006. Observatório Político Sul Americano.
- FERRER, Aldo. El éxito del Mercosur posible. **Revista de Economía Política**, vol. 27, nº 1 (105), pp. 147-156, janeiro-março/2007.
- PEÑA, Félix. **Replanteos e instituciones en el comercio internacional**. Revista Archivos del presente N°49: Abril de 2009.
- Protocolo de Ouro Preto, 1994, disponível em: <http://www.mre.gov.py/dependencias/tratados/mercosur/registro%20mercosur/Acuerdos/1994/portugués/10.Protocolo%20Ouro%20Preto.pdf>
- Tratado de Assunção, 1991, disponível em: <http://www.mre.gov.py/dependencias/tratados/mercosur/registro%20mercosur/Acuerdos/1991/portugués/1.Tratado%20do%20Assunção.pdf>
- VEIGA, Pedro da Motta.. A política comercial do governo Lula: continuidade e inflexão. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, nº 83, abril-junho de 2005.

Sítios na Internet

- Site da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), disponível em <http://websie.eclac.cl/badecel/default.asp>, acessado entre agosto de 2008 e agosto de 2009.
- Site da IIRSA, disponível em: <http://www.iirsa.org/index.asp?CodIdioma=ESP>
- Site Comunidade Andina/Unasur, disponível em: <http://www.comunidadandina.org/sudamerica.htm>
- Site da CRPM, disponível em : <http://www.presidenciamercosur.org/crpm.php>
- Site do FOCEM, disponível em: <http://www.mercosur.int/focem/index.php?id=focem>
- Site do Mercosul Social, disponível em : <http://www.mercosur-social.org>

